



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



4ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE FLORESTAS E ATIVIDADES AGROSSILVOPASTORIS

07 de agosto de 2006

Auditório do Ministério da Cultura
Brasília-DF

(Transcrição *ipsis verbis*)

29 **João Paulo Capobianco - Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

30

31 Muito bem. Bom dia senhoras e senhores Conselheiros, senhoras e senhoras aqui presentes, bom dia a
32 todos. Vamos dar início à quarta reunião da Câmara Técnica de Florestas e Atividades agrosilvopastoris.
33 Os senhores receberam a ordem do dia, a proposta de pauta. Existe alguma observação em relação à
34 pauta? Por favor.

35

36 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

37

38 Com relação à pauta.

39

40 **João Paulo Capobianco - Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

41

42 Só, como nós estamos gravando é importante sempre se apresentar.

43

44 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

45

46 Certo, Elvison do Ministério da Agricultura. No item 3.2, eu não sei qual vai ser a seqüência , mas existe
47 uma apresentação do Ministério da Agricultura quanto à questão da lei, da regulamentação da lei da
48 agricultura orgânica. E por questões que o meu Coordenador Geral que vai fazer essa apresentação ele
49 está numa reunião agora com o secretário e pediu se poderia passar a apresentação para o período da
50 tarde.

51

52 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

53

54 É o item 2?

55

56 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

57

58 É o 3.2, está junto com a regulamentação da atividade agroextrativistas. E aí consta a apresentação do
59 Ministério da Agricultura. E, então, eu gostaria de ver se poderia alterar a pauta, a ordem do dia, para que
60 essa apresentação fosse no período da tarde.

61

62 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

63

64 Vamos só analisar o conjunto de propostas, assim a gente delibera em bloco , por favor.

65

66 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

67

68 OK.

69

70 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

71

72 Sempre se apresentando no microfone, por favor.

73

74 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

75

76 Marcílio Caron Neto, representante da ANAMMA. O representante do Governo do Estado de Santa
77 Catarina que está inserido no processo 3.3 sobre a questão da bracaatinga do estado de Santa Catarina
78 acabou de nos telefonar , houve um imprevisto e ele só está chegando aqui ao meio-dia. Se houvesse
79 possibilidade de colocar para o último item.

80

81 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

82

83 Está difícil.

84

85 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

86

87 Era essa a minha solicitação.

88

89 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

90

91 Mais alguma observação? Bom, nós teremos problema para atender esse encaminhamento pelo seguinte.
92 O item 3.1 o proponente, o doutor Leopoldo está doente e pediu que esse assunto fosse tratado numa
93 próxima reunião porque ele gostaria que isso fosse tratado na sua presença. Como era uma proposta dele,
94 por ele encaminhada, eu acho natural que nós retiremos esse item de pauta. E, portanto, nós temos
95 apenas 3 itens. O 3.4 é uma apresentação que será feita pelo IBAMA sobre o novo sistema de controle e
96 produtos florestais que é um informe sobre o andamento. Não é isso? O Hummel está aqui?. É um
97 informe, algo que não vai se estender por mais do que quarenta minutos, meia hora...

98

99 **Antonio Carlos Hummel – Diretor de Florestas do IBAMA**

100

Informe é rápido, quinze minutos ou dez.

101

102

103

João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas

104

105 Quinze minutos , portanto o que nós podemos fazer, não resolve o problema. Porque o secretário só pode
106 chegar no mais tardar onze horas. Agora de imediato nós vamos entrar na bracinga. E tem também um
107 item de assuntos gerais aqui que é um informe. Podia anotar , por favor? É um informe sobre uma
108 proposta de Resolução sobre campos. Uma proposta que dispõe sobre parâmetros básicos dos estágios
109 sucessionais de campos de atitude associados as Florestas Ombrófila Mista, Florestas Ombrófila Densa e
110 as Florestas Estacionais Decidual e Semi-Decidual no Bioma Mata Atlântica. Vai ser feito esse informe
111 aqui também hoje. Mais alguma questão? Então vamos dar a palavra, vou convidar o nosso amigo
112 Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA para fazer uma apresentação. Me desculpe. Antes, bem
113 lembrado aqui, só para concluir é o seguinte.: O 3.1 está eliminado. Passamos para o 3.4. Na seqüência o
114 3.2 e 3.3. A seqüência fica essa: 3.4.1 , 3.2.2 e 3.3.3. Mas antes disso temos que aprovar a ata da
115 terceira reunião da da Câmara Técnica ocorrida em dezoito de maio do corrente ano. Todos receberam a
116 proposta da ata e a transcrição. Eu gostaria de saber se há algum posicionamento em relação a isso , se
117 há algum questionamento? Pois não. Sempre se apresentando, por favor.

118

119

João Carlos de Petribu De Carli - CNA

120

121 Bom dia a todos. Sou João Carlos De Carli da CNA, representante da CNA. Lendo a transcrição da ata foi
122 pedido que o processo, aquele referente a bracaatinga que tinha um parecer que o Ministério do Meio
123 Ambiente pediu para que ele fosse anulado. E realmente nós aceitamos como anulado, mas que não fosse
124 retirado do processo. Eu vasculhei o processo e ele também foi retirado do processo. E até nem mais
125 numerado está o processo,pára na página 20. Então, eu queria saber sobre esse documento para poder
126 dar uma lida.

127

128

Marcelo Assis – Secretaria Executiva do CONAMA

129

130 Tá. À pedido da SBF ele não foi anexado, mas está disponível, foi arquivado e nós podemos disponibilizar.
131 A SBF não reconheceu o documento como documento da secretaria, mas está arquivado nos arquivos do
132 CONAMA .

133

134

João Carlos de Petribu De Carli - CNA

135

136 Sim, mas nós pedimos para que ele continuasse no processo. E tanto é que eu pedi agora aqui para dar
137 uma lida, para dar uma lembrada, porque eu procurei na Internet e não achei esse documento e gostaria
138 de dar uma lida. Não pode estar na Internet porque a gente precisa dele aqui agora.

139

140

João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas

141

142 Então você faculta esse acesso ao documento, por favor. Mais algum ponto? Isto posto podemos, então,
143 submeter a aprovação da ata. Muito bem. Então está aprovada a ata da terceira reunião da Câmara
144 técnica de 18 de maio de 2006. Então, por favor, vamos à reunião. Podíamos achar um lugar para o
145 Hummel sentar. Essa sala. Achei essa sala pouco democrática. É melhor quando todo mundo senta junto.
146 Muio bem Hummel, por favor.

147

148

Antonio Carlos Hummel – Diretor de Florestas do IBAMA

149
150 Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA. Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de nivelar todo mundo sob
151 esse tema. Dá para mostrar aí? O 3. 4. . O que acontece? Historicamente, no Brasil, a gestão florestal
152 ficou bastante centralizada no órgão Federal que agora, no presente caso, o IBAMA, na execução de uma
153 política florestal. Ao longo dos anos alguns estados assumiram a gestão florestal. E na questão da gestão
154 florestal existe um ponto que ele acaba sendo bastante polêmico e debatido que é a questão do controle do
155 fluxo de produtos florestais e subprodutos florestais. No caso, todo mundo conhece a chamada TPF , a
156 guia florestal , A TPF. E, então, sempre teve uma discussão muito forte sobre esse instrumento e esse é
157 um instrumento a nível Federal , apesar de que mais sete estados já tinham instrumentos próprios: Minas
158 Gerais , Bahia , Paraná , São Paulo e recentemente Cuiabá. Então o que acontece? No momento, nós
159 estamos num processo de descentralização da gestão florestal bastante forte. Houve um sinal legal na lei
160 de gestão de florestas públicas com alteração do código florestal do artigo dezenove onde esse processo
161 recebeu um “*plus*” a mais. Apesar da gente saber que pela constituição a gestão florestal é concorrente e
162 os estados poderiam participar tranqüilamente sem esse instrumento de delegação de competência. O que
163 ocorre agora? Vamos imaginar que existe um fluxo de produtos florestais, eu vou botar o exemplo da
164 madeira em todo o país. E como fica o controle desse fluxo sem discutir se é necessário ou não no país
165 como um todo? Ou seja , a madeira que está saindo de Cuiabá agora, no Mato Grosso, sai como um
166 instrumento que não é o instrumento nacional, que não é a TPF e chega no Estado de São Paulo. Como
167 isso vai ser fiscalizado? Então, vamos imaginar que nessa situação a gente tivesse 27 sistemas diferentes.
168 E então quem trabalha na fiscalização, eu tive reuniões em São Paulo e, principalmente, com a polícia
169 militar e outros órgãos lá, ou seja, virava um samba que ninguém entenderia. Então, o que é principal
170 também é que o IBAMA também está implementando a partir de primeiro de setembro um sistema novo. É
171 o chamado DOF que vocês devem estar acompanhando a discussão e implementação dele. Então a
172 grande discussão é esta: - Como a gente ter um instrumento de regulamentação que estabeleça padrões
173 mínimos para esse sistema? Ou seja , a gente não pode ter sistema diferenciado. Ou seja , a união está
174 tendo um sistema , Minas Gerais tem outro , Mato Grosso tem outro. Como a gente estabelecer uma
175 norma que tenha padrões mínimos, estabeleça exigências também mínimas, ou seja, a gente não pode ter
176 muita coisa diferenciada. E, então, a idéia dessa norma foi estabelecer esse critério mínimo e,
177 principalmente, a gente ter um portal integrador desses sistemas. Ou seja , a pessoa que está no Estado
178 de São Paulo saberia acessar todos esses mecanismos que nós estamos propondo, esses mecanismos
179 informatizado e eletrônico, que aquele documento saiu do local tal e aquele documento tem validade.
180 Agora, para integrar sistemas, para estabelecer padrões mínimos a gente precisa de uma norma nacional.
181 Então, a idéia dessa Resolução do CONAMA é justamente essa padronização. Existe uma certa urgência
182 no disciplinamento desse assunto. É um tema que tem tido uma discussão bastante profunda e tem alguns
183 desdobramentos que é da semana passada. Nós tivemos uma reunião em Belém bastante grande,
184 discutindo a questão do *enforcement*, do cumprimento da norma, do que nós temos de ilegalidade na
185 exploração florestal no país que não foi só na Amazônia. Então, foram trazidos novos *inputs* para essa
186 norma. Não é uma norma simples, ela tem que ser debatida com os estados, porque nós vamos criar
187 obrigações não só para a União, vamos criar obrigações também para entes federados, ou seja, estados. Eu
188 vou dar um exemplo bastante claro, tipo a Paraíba que tem um sistema tipo a TPF eles vão ter que dar um
189 *plus* a mais e assumirem outro sistema. O sistema que a união está prevendo ele vai ser distribuído para
190 todos os entes federados que assim o desejarem. Mas também os entes federados que quiserem ter o
191 sistema próprio dele, não tem problema nenhum, ele vai poder ter, mas desde que obedeça os padrões
192 mínimos que nós vamos ter que estabelecer, senão vai virar uma ciranda aí que ninguém vai entender
193 principalmente para o aparato fiscalizatório. Então, a nível de informe bastante rápido seria esse, qual seria
194 o objetivo. Agora, nós temos duas questões de ordem prática. Eu acho difícil em função desses próprios
195 comentários que tiveram na reunião de Belém a gente estar discutindo esse tema com bastante
196 profundidade numa reunião como essa. Eu acho que teria que ter quase uma reunião específica assim, ou
197 seja, esgotar um pouco o tema, teria que dar uma esgotada e a gente nivelar mais essas informações junto
198 à ABEMA e outros órgãos do meio ambiente, outras associações de meio ambiente. Existe também uma
199 proposta formulada por algumas ONGs de que seria um decreto, para ter mais agilidade em função da
200 dinâmica. Há sugestões também que eu acho difícil esgotar o tema agora e, talvez, um grupo de trabalho
201 que teria função de urgência urgentíssima tratar desse tema. E acho difícil a gente matar esse tema aqui
202 agora em função dessas novas discussões que houve em Belém. Talvez fosse importante, eu não sei
203 como seria o encaminhamento aqui , um grupo de trabalho que teria um prazo muito curto de definir essa
204 minuta padrão. Não há grandes alterações na minuta proposta pelo IBAMA, não tem grandes coisas, mas
205 eu acho que ela precisa, vou até mostrar ela aí, eu acho que precisa um processo de formatação maior e
206 de conserto junto a outros atores. Então, eu acho que pode dar uma mostrada nela aí. Justamente o
207 que eu falei, o objetivo seria isso: padronização do sistema. E ela cria uma série de obrigações. Então, eu
208 não sei se poderia, se a Presidência da Câmara Técnica, a criação de um grupo de trabalho e esse grupo

209 de trabalho teria um prazo rápido aí . Eu não sei o que o Nilo e o Marcelo pensariam desse tema aí . Eu
210 acho que para esgotar isso aqui agora nós tínhamos que ter assimilado um pouco inclusive nessa minuta o
211 que nós discutimos na semana passada em Belém. Eu acho que teria que dar uma conversada. É isso aí ,
212 Presidente.

213
214 **João Paulo Capobianco - Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

215
216 Obrigado, Hummel. Então, com relação ao encaminhamento as informações em termos de conteúdo em
217 linhas gerais já colocou, o objetivo aqui hoje não era fazer a discussão. Existe uma série de
218 encaminhamentos sendo elaborados no âmbito do Ministério do Meio Ambiente sobre como tratar desse
219 assunto e qual seria o procedimento então para este assunto. Então, eu não sei, vou até consultar o Nilo
220 sobre o tipo de procedimento a adotar nesse caso.

221
222 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

223
224 Bom dia a todos, meu nome é Nilo Diniz diretor do CONAMA. Eu acredito o seguinte. A possibilidade de
225 criar um grupo de trabalho normalmente as Câmaras Técnicas quando querem aprofundar mais o debate
226 sobre uma Resolução o grupo de trabalho tem um prazo de seis meses para desenvolver esse trabalho,
227 mas eles podem em uma ou duas reuniões para resolver. Na forma como o Hummel está colocando talvez
228 não seja necessário criar um grupo, porque também toda vez que se cria um grupo, o pessoal mais
229 experiente de Câmara Técnica de GT , estou vendo o Marcílio , o João também está acostumado com
230 grupo de trabalho. E quando começa a gente sabe que começa. Agora, quando termina, é SDS , só Deus
231 sabe; para a estenotipia aqui. Então, talvez fosse mais indicado, Hummel, fazer uma reunião da Câmara
232 Técnica, num prazo que vocês acharem adequado marcar, específica para tratar dessa Resolução. Então,
233 até a reunião você pode aprofundar um pouco mais a minuta que está disponível. Pode se aprofundar nos
234 órgãos afins, IBAMA, Ministério, pode organizar reuniões, os Conselheiros interessados podem se informar
235 melhor, enfim, aprofundar um pouco mais a análise do texto, porque não é um texto muito longo e que
236 talvez vá ensejar muita modificação em grupo de trabalho. Eu acredito que se marcar uma reunião para um
237 prazo de 30 dias ou um pouco mais, aí o que vocês acharem razoável, para esse assunto amadurecer um
238 pouco também a partir dessa reunião em Belém, possa chegar aqui para uma reunião de dia todo, da
239 Câmara técnica com convidados , com técnicos convidados para fazer um debate mais aprofundado
240 possivelmente aí fechando a Resolução. Eu estou sugerindo isso , Capô, porque se for criar um grupo de
241 trabalho pode ser que no decorrer de uma semana a 20 dias se constate de novo a urgência da matéria e o
242 grupo de trabalho criado tem total autonomia para aprofundar e discutir todas as questões e pode ficar para
243 o ano que vem. Então, tem esse risco. Eu entendo que talvez o mais apropriado seria esse
244 encaminhamento , se os Conselheiros também acharem adequado.

245
246 **Marcelo Gonçalves de Lima – Entidades Ambientais da Região Centro-Oeste - ICV**

247
248 Marcelo Lima, ICV ONGs do Centro-Oeste. Nós consideramos esse tema é extremamente importante a
249 discutir. Eu concordo com o Nilo que talvez um Grupo de Trabalho possa parar o processo e demorar.
250 Porém , eu gostaria de pedir, pelo menos da nossa parte, se a gente pudesse ter uma reunião específica
251 com vocês em algum horário e tal, seria interessante para não chegar aqui numa reunião dessa e ter uma
252 série de apresentações e não ter discutido isso. Então, até aproveitando que eu acho que tenho facilidade
253 de encontrar você lá no IBAMA . Se, de repente, pudéssemos discutir, isto seria bastante importante para
254 a gente. Obrigado.

255
256 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

257
258 Alguém mais?

259
260 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

261
262 Inclusive é o seguinte: - Também pode ser marcado um GT com uma única reunião. Aí já implica em duas.
263 Uma do GT e mais uma de Câmara Técnica. Este é o ponto também que eu estou colocando. O Marcelo
264 está lembrando aqui que também, dependendo do andamento da discussão, vamos dizer, internamente no
265 Ministério e com os Conselheiros que queiram também acompanhar mais de perto o assunto pode se
266 também marcar uma reunião daqui 30 a 40 dias conjunta com a jurídica. E que aí também pode se
267 observar aspectos de ordem legal , constitucional , jurídica, que eu acho que pode colaborar com a
268 discussão de conteúdo técnico jurídica conjunta. Pode ser também feito isso. Aí a gente faz uma reunião o

269 dia todo e numa primeira parte discute aspectos técnicos e depois aproveita a presença dos advogados da
270 Câmara de Assuntos Jurídicos e aí aprecia aspectos jurídicos. Se for de interesse também para aprovar
271 logo e ir para a Plenária, no caso, de novembro que é a próxima ordinária que está marcada ou uma
272 extraordinária, se achar conveniente marcar.

273
274 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

275
276 Eu queria ponderar uma questão aqui. Há um sentimento de urgência em relação a isso. Na reunião, nós
277 tivemos como o Hummel colocou rapidamente, nós estamos num procedimento acelerado, digamos assim,
278 no sentido de identificarmos os aspectos essenciais disso e em parceria com os governos estaduais, com
279 instituições de pesquisa e organizações não governamentais que estão muito preocupadas com este
280 tema. É justamente preocupados com um sistema que não seja integrado, que não haja uma uniformidade
281 da informação. Ou seja, cada estado, em tese, pode adotar um sistema de controle e de autorização. E
282 se cada estado adotar um e nós não tivermos o sistema nacional, nós teremos problemas sérios. Mesmo
283 porque os produtos transitam entre os estados, ou seja, não é de consumo apenas local. Então, eu estou
284 um pouco preocupado Nilo de que nós façamos a definição de uma agenda aqui que acabe sendo
285 atropelada. E depois fique uma sensação junto aos membros da Câmara que foram atropelados. Eu não
286 gostaria que isso ficasse assim. Por que eu estou dizendo isso? Porque na reunião houve um sentimento
287 de urgência por parte das OEMAs lá. Não foi nem do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio
288 Ambiente tem sensação de urgência, mas os representantes dos governos estaduais do Pará, do
289 Amazonas, de São Paulo e vários outros estão argumentando que isso não pode demorar um mês. Eles
290 querem uma solução já. E inclusive discutindo que consideram de tão urgente então que preferem um
291 decreto que uma Resolução do CONAMA no momento. Então é bom colocar isso claramente para não
292 gerar uma sensação depois de atropelo. Então o que eu digo é o seguinte. O que eu quero dizer com isso
293 é que se o grupo aqui quiser tratar desse assunto de forma aprofundada essa reunião terá que ser marcada
294 rapidamente num prazo muito curto. Uma semana de prazo ou oito dias de prazo. Mais do que isso eu
295 acredito que não seria viável porque pode acontecer uma antecipação. E aí se a Câmara Técnica sobre
296 esse assunto quer se reunir para tratar sobre esse assunto num prazo curto, ela certamente será útil
297 porque no caso de uma decisão final que seja um decreto e não uma Resolução do CONAMA certamente
298 uma discussão aqui contribuiria. Eu gostaria de colocar isso, porque o Nilo está trazendo um
299 encaminhamento de certa forma na direção que o Ministério do Meio Ambiente vinha propondo. O
300 Ministério vinha propondo que venha a Resolução via CONAMA. O problema é que os estados consideram
301 isso muito longo e demoraria muito para chegar a um resultado e criaria um problema de gestão nos
302 estados. Então, os estados, contrariando a história onde os estados sempre querem via CONAMA, dessa
303 vez os estados estão pressionando para que seja um decreto e o mais rápido possível. Isso é sinal de
304 confiança no sistema e sinal de confiança no Ministério do Meio Ambiente e a gente agradece. Então, seria
305 esse o ponto que eu colocaria aqui. Caso este GT queira tratar desse assunto, qual é o prazo regimental
306 para convocar uma reunião da Câmara técnica?

307
308 **Marcelo Assis – Secretaria Executiva do CONAMA**

309
310 Cinco dias úteis.

311 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

312
313 Então nós temos que trabalhar semana que vem numa reunião considerando um assunto único, pauta
314 única considerando também inclusive que mesmo discutido aqui no G T isso possa eventualmente se
315 transformar num decreto em função da vontade expressa de muitos participantes.

316
317 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

318
319 Marcílio Caron Neto representante da ANAMMA. Eu acho que pela premência pela urgência da
320 implantação desse novo sistema, eu sugiro que a Câmara dê um voto de confiança ao IBAMA para que ele
321 possa tratar isso da forma mais urgente possível, porque se nós abrirmos aqui um Grupo de Trabalho e
322 prolongarmos mais essa discussão, nós que já sabemos como se procede isso, isso vai transcórrer por um
323 longo tempo. E isso, cada estado colocando a sua forma. E aqueles que não têm? Então, eu acho que isso
324 é importantíssimo, eu acho que a Câmara, ouvindo os nossos companheiros aqui de Câmara, o meu ponto
325 de vista seria nós darmos esse crédito ao IBAMA, que ele pudesse elaborar isso da maneira mais urgente
326 possível e efetivasse esse sistema. Essa é minha posição.

327
328 **Marcelo Gonçalves de Lima – Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste – ICV**

329
330 Marcelo Lima, ICV. Bom , em nenhum momento nós estamos tirando a confiança no IBAMA em relação
331 ao sistema. Eu acho que existe o meio termo, como o Nilo falou, mesmo que seja uma reunião só ou que a
332 gente marque uma reunião em determinado prazo que dê tempo pelo menos para conhecer melhor ,
333 discutir melhor . Inclusive, tendo eu trabalhado no banco de metadados e com outros sistemas e tal, eu
334 gostaria de esclarecer algumas questões técnicas sobre isso para poder ter uma confiança melhor .E,
335 então, não querendo trazer prejuízo em termos da urgência do assunto, mas de qualquer jeito eu mantenho
336 que pelo menos nós gostaríamos de conversar, nem que seja individualmente ou marca uma reunião com o
337 IBAMA sobre o assunto que tivesse um certo prazo até a gente poder convocar essa Câmara Técnica
338 específica para isso..Porque senão a gente junta aqui e fica uma série de apresentações e você acaba não
339 chegando a uma conclusão efetiva sobre o assunto. E, inclusive, até para outros OEMAs que não têm esse
340 sistema de terem mais tempo, talvez, para pensar um pouco.

341
342 **Antonio Carlos Hummel – Diretor de Florestas do IBAMA**

343
344 Então, é só para esclarecer o que nós estamos discutindo aqui, não são sistemas específicos por estado,
345 seja a guia do estado do Mato Grosso, o DOF do Ibama, a guia do Estado de Minas Gerais e o sistema da
346 Bahia. O que nós estamos discutindo aqui é como a gente ter um conjunto mínimo de regras com relação
347 ao estabelecimento desse sistema, padrões mínimos, vamos chamar assim. E como a gente ter um portal
348 no SILIMA , tipo o que nós temos o SISLIC ,o sistema de licenciamento. Onde todas essas informações
349 estão integradas e toda a fiscalização e todos os entes federados teriam acesso, a fiscalização e Ministério
350 Público. Especificamente nós não vamos debater se o DOF, se o sistema do Mato Grosso é bom nem
351 nada. É uma norma estabelecendo esses critérios mínimos. Por exemplo, uma norma: Todos esses
352 sistemas tem que ser eletrônicos e informatizados. Todos esses sistemas T- em que ter esse número de
353 informações. Então, este é que é o objetivo..

354
355 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

356
357 Bom, eu queria aí anunciar a chegada do nosso Deusdará , representante da ABEMA. E queria também
358 anunciar aqui a presença do Tasso Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Muito bem,
359 considerando então esse posicionamento, eu posso fazer uma sugestão que talvez vá ao encontro daquilo
360 que o Caron manifestou, que de certa forma é exatamente aquilo que os órgãos estaduais e municipais
361 vêm se manifestando. E talvez até atenda aqui a preocupação do Marcelo que seria o seguinte: - nós
362 temos, Hummel, aí um prazo de preparação, esse trabalho já está em preparação, e nós poderíamos ter
363 dois encaminhamentos. Um é uma reunião específica desse assunto que me parece que não é a questão
364 central porque uma reunião não resolve. Teria que montar um Grupo de Trabalho para se debruçar sobre
365 esse assunto para detalhar;é um assunto complexo. E como você falou, uma reunião só vai ser um monte
366 de informe e no final. Então, qual é a proposta? É que os membros do grupo de trabalhassem, os que
367 tiverem interesse específico, como é o caso do Marcelo do ICV , que procurem o Hummel no IBAMA e
368 tratem de apresentar suas questões. E também fica aqui, evidentemente, vamos abrir o prazo aqui de uma
369 semana para que membros do GT possam encaminhar ao IBAMA , à pessoa do Hummel, que é diretor
370 responsável, as sugestões, preocupações, recomendações que possam ajudar a serem consideradas na
371 elaboração dessa proposta , está certo?

372
373 **Antonio Carlos Hummel – Diretor de Florestas do IBAMA**

374
375 E a gente faz circularia a nova minuta com as sugestões de Belém. E a gente prepara a nova minuta e
376 circula entre os membros do CONAMA

377
378 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

379
380 Isso, perfeito. Então vamos fazer assim. Os membros teriam até sexta-feira. Hoje é segunda, até sexta-
381 feira para encaminhar eventuais sugestões, recomendações, fazer reuniões bilaterais. E a partir da semana
382 que vem, na segunda-feira, o CONAMA circula entre os membros do GT a nova minuta para que haja
383 eventualmente alguma manifestação ainda porque esse processo vai ser rapidamente concluído. Pode ser
384 assim então? Muito bem. Então está encaminhado. Vamos voltar agora à nossa pauta, agradecendo ao
385 Hummel pelos conhecimentos e pela presença aqui. Está convidado a permanecer aí conosco o dia todo e
386 aproveitar o almoço que vai ser pago pela ABEMA hoje (risos). E vamos na seqüência.

387
388

389 **Raimundo Desdará Filho – Governo do Estado do Amazonas**

390

391 Não tem problema...

392

393 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (fora do microfone)**

394

395 Então fica marcada a reunião?

396

397 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

398

399 Não, não fica marcada a reunião. Esse é o encaminhamento. De hoje até sexta-feira o estará aberto aí e
400 aguardando contatos dos membros da Câmara tanto contatos pessoais, digamos assim, para reuniões,
401 como encaminhamento de propostas, resoluções e etc. E com base nisso, na segunda-feira, será circulada
402 uma outra minuta para os membros do GT, que poderão evidentemente se manifestar na seqüência
403 imediatamente também no caso de alguma contradição, mas não seria marcada nenhuma reunião
404 específica do grupo desta Câmara. Ok? Muito bem. Então, de imediato passamos para análise do
405 processo 200003242004/13 item 3.3 da pauta, que trata da regulamentação de atividade agroextrativista.
406 O interessado é o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado - CEDAC, apresentação do
407 Ministério da Agricultura sobre a regulamentação de lei sobre agricultura orgânica. Você fez contato lá
408 Everson?

409

410 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (fora do microfone)**

411

412 Ele falou que onze horas estariam aqui presentes.

413

414 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

415

416 Onze horas. E o pessoal do CEDAC está aí? Seria o Deusdará o representante da minuta. Então, por
417 favor, Deusdará com a palavra.

418

419 **Raimundo Deusdará Filho - Governo do Estado do Amazonas**

420

421 Bom dia, senhoras e senhores, membros da Câmara Técnica. Bom , eu cheguei à conclusão de que
422 ninguém precisa mais de férias do que aqueles que chegam de férias. E estou acabando de chegar de
423 férias e houve um problema de comunicação entre a minha equipe e a equipe do CONAMA. A gente tinha
424 pedido que o Governo do estado do Amazonas apresentasse uma proposta. Nós pegamos duas reuniões,
425 tivemos durante dois anos, duas conferências de populações tradicionais do estado do Amazonas. E um
426 encontro da região amazônica como um todo que foi os vinte anos do conselho nacional dos seringueiros.
427 E nós preparamos uma proposta que tratava exclusivamente das atividades agroextrativistas relacionadas
428 à região amazônica. E, infelizmente, eu não consegui mandar esse material por estar fora e sem contato e
429 sem comunicação com Brasília e com Amazonas. Eu não pude mandar o material a tempo. E, então, eu
430 queria a compreensão dos senhores e logo que chegar ao estado. Estou chegando de férias hoje e estou
431 indo para o Amazonas amanhã. De férias de novo (risos). E mando assim que chegar esse assunto fica
432 obestado, a não ser que o CEDAC tenha trazido alguma coisa porque como a proposta fala de atividade
433 agroextrativista como um todo, a nossa competência, a nossa ingerência, está sendo junto GTA e CMS
434 fazer algo para a Amazônia. Era necessário que tivesse uma determinado ação concertada, um grupo de
435 trabalho, que pudesse pegar as ações da caatinga, que tem ações de agroextrativismo na caatinga e
436 especialmente o cerrado. Eu acho que o cerrado tem muita coisa que poderia ser agregada. Eu não sei
437 Mata Atlântica, o Capobianco conhece melhor do que eu, mas deve haver ações não tão genéricas ou tão
438 contundentes, mas deve ter ações isoladas de extrativismo ou agroextrativismo de populações tradicionais,
439 de populações caiçaras, que poderiam compor uma proposta que fosse global. Um plano para atividades
440 agroextrativista nacional ou um projeto nacional para não ficar uma coisa segmentada, a Amazônia com
441 alguma coisa mais elaborada e cerrado ainda em elaboração e caatinga e Mata Atlântica sem nenhuma
442 informação. Então, a sugestão talvez fosse, Sr. Presidente, pegando essa proposta do Amazonas e gerar
443 um Grupo de Trabalho específico para fazer consolidação dessas informações e, se possível, como nós
444 fizemos há muito tempo atrás, um subprograma para Mata Atlântica dentro do CONAMA, que foi aprovado,
445 foi talvez um passo embrionário para se criar um plano para a Mata Atlântica, fazer algo semelhante e
446 criarmos um subprograma e um plano de ação para atividades do país. Lembrando que a importância do
447 CONAMA é fundamental porque a atividade agroextrativista depende do Ministério da Agricultura , o
448 Ministério da indústria e comércio, é um *locus* importante esse assunto ser trazido, porque há outros atores

449 que não só a questão do meio ambiente que são importantes para manutenção das atividades e
450 consolidação de atividades. Então, essa era a proposta que a gente teria e peço desculpas por não ter
451 trazido nada formalmente, mas a partir de amanhã eu tento encaminhar isso para vocês, para o Marcelo ,
452 para o Nilo e para o senhor Secretário de biodiversidade de florestas , o Capobianco.

453
454 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

455
456 Se eu entendi então, Deusdará, o seu encaminhamento seria vocês.

457
458 **Raimundo Deusdará Filho - Governo do Estado do Amazonas**

459
460 Encabeçaríamos a parte da Amazônia.

461
462 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

463
464 Vocês fizeram uma análise. Nós temos, só para a gente já socializar as informações, porque esses
465 assuntos ficam tão descontinuados que a gente perde um pouco o pé do assunto. Nós temos uma
466 proposta de redação? Como está isso, existe uma minuta? Existe uma proposta do CEDAC?

467
468 **Marcelo Assis – Secretaria Executiva do CONAMA**

469
470 Não existe uma minuta. Eles apresentaram uma proposta de regulamentar o extrativismo no cerrado. Na
471 reunião anterior na Câmara Técnica decidiu que não seria para o cerrado e que seria para o Brasil como
472 um todo e que o Deusdará ficaria de apresentar a minuta.

473
474 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

475
476 Então, esse de fato é um tema que interessa muito fortemente à Amazônia, ao cerrado , a Mata Atlântica
477 também de fato, a caatinga,ou seja , essa é uma questão, é um assunto que interessa a todos os Biomas.
478 Então, talvez, o correto aqui neste caso seria que nós já criássemos o Grupo de Trabalho nesta reunião
479 para que isso tivesse efetividade. Então, esse Grupo de Trabalho receberia a contribuição do Deusdará ,
480 que está preparando , tem o pessoal do CEDAC. E, então, vamos compor esse grupo agora para que nós
481 garantíssemos que tivesse um encaminhamento mais agilizado desse processo. Então como é? Esse
482 grupo de trabalho pode integrar pessoas de fora , não é? Como é que funciona?

483
484 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

485
486 Só para esclarecer, Presidente , sou Nilo Diniz . O grupo, acho que é necessário mesmo nesse caso, tanto
487 porque o Deusdará ainda vai apresentar uma proposição, o CEDAC ainda não apresentou, o Ministério deu
488 um parecer geral, ainda também não avançou para uma minuta e já há controvérsia e mesmo não tendo
489 proposta já há controvérsia. A secretaria do CONAMA já recebeu algumas mensagens de pessoas que
490 viram pautada essa matéria aqui na Câmara,viu Capô, eu estou explicando porque mesmo não tendo
491 nenhuma minuta de proposta já há controvérsia. Nós recebemos mensagens de pessoas que estão
492 preocupadas com o que exatamente vai se fazer com regulamentação do agroextrativismo. Gente ligada à
493 área do agroextrativismo já preocupada. E, então, eu acho que isso normalmente quando a gente está
494 nesse pé é conveniente criar um grupo de trabalho para dar chance de todos os segmentos virem e
495 participar . A gente faz uma convocação ampla , a Câmara Técnica faz indicação de convidados e pessoas
496 que acham que são , Deusdará já está mencionando CNS e GTA, e naturalmente a gente convida também
497 outros segmentos interessados no assunto para poder daí abrir uma série de reuniões do grupo de
498 trabalho. Pode abrir, inclusive, se for o caso com um pequeno seminário de apresentação com a proposta
499 do Amazonas. E convida o GTA,o CNS também e outras entidades de representação de extrativistas no
500 Brasil podem ser convidadas para numa primeira reunião, para dar um start bem feito para o debate, vir
501 apresentar o seu olhar , sua proposta para regulamentação dessa matéria que ela é importante mas é
502 muito sensível também. É uma matéria muito delicada que dependendo do passo que você der a gente
503 pode mais atrapalhar do que ajudar. Então, é preciso ter muita cautela . E, por isso acho que o
504 encaminhamento que Deusdará está propondo eu acho que é conveniente.

505
506 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

507
508 Por favor Deusdará.

509

510 **Raimundo Deusdará Filho - ADEMA/SP**

511

512 Sr. Presidente, um esclarecimento. Essa colocação que ele colocou é muito importante. Nós tivemos a
513 dificuldade em levar o assunto à discussão na Amazônia porque alguns segmentos do setor ficaram
514 preocupados. Mas se vamos regulamentar a atividade vamos gerar problemas para a atividade. Quando
515 fala-se em regulamentar a atividade sempre pensa em gerar restrições para a atividade. Então a atividade
516 prefere não ser regulamentado mas ter liberdade para acontecer do que ser demasiadamente
517 regulamentado. Daí foi que surgiu a idéia de que a *priori* esse grupo de trabalho ou a Câmara conduziria a
518 elaboração de um plano nacional e um programa nacional voltado para o agroextrativismo porque você tem
519 uma área cinzenta aí, viu Capobianco. Você tem o PBG7 mexendo com isso. Você tem os estados
520 mexendo com isso. Você tem o PRONAF mexendo com isso. Você tem o Ministério da Integração Nacional
521 apoiando arranjos de cadeias produtivas para o agroextrativismo na área de óleos e de pequenos objetos
522 de madeira Você tem uma atividade fragmentada e todo mundo de uma certa forma intervindo na atividade,
523 mas não há uma moldura que possa inclusive fazer compensação dos resultados dessas intervenções na
524 atividade. Por outro lado, as pessoas que estão envolvidas com isso, os movimentos socioambientais têm
525 uma preocupação de que com a regulamentação venha engessar ou colocar cabresto da atividade
526 somente na questão ambiental. Quer dizer, só a área ambiental teria como direcionar as atividades
527 relacionadas a agroextrativismo. Então tem razão, é um assunto sensível e mereceria, talvez, um Grupo de
528 Trabalho com a participação desses atores todos, Ministério da Agricultura, Ministério da Integração
529 Nacional, Ministério do Meio Ambiente, estados, ADEMA. E, talvez, começasse com apresentações do
530 que existe e com o que cada órgão faz relacionado com agroextrativismo. E nós traríamos a nossa
531 experiência de quatro anos de acúmulo de informações dentro dessas conferências de populações
532 tradicionais que o estado do Amazonas compilou. E a partir daí tiraria-se uma meta que seria a elaboração
533 de plano, de um programa, de uma norma, de Resolução. E conduziríamos a coisa da forma mais
534 transparente possível evitando ruídos com relação a questões políticas relacionadas a esse assunto.

535

536 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

537

538 Só um minutinho que o Marcelo. Por favor Marcelo.

539

540 **Marcelo Gonçalves de Lima – Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste – ICV**

541

542 Eu só queria sugerir que dentro dessa discussão do Grupo de Trabalho também se pensasse nas
543 diferenciações de biomas. Ou seja, as experiências por biomas, caatingas, cerrado, Mata Atlântica, enfim,
544 são atividades diferentes com processos ecológicos diferentes incluídos. E, então, que dentro dessa
545 discussão também tivesse sempre pensando nessa questão diferenciada.

546

547 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

548

549 Só uma sugestão para os Conselheiros também ponderarem que é o seguinte: - Na semana passada foi
550 instalada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais com o
551 Ministro Patrus Ananias que é quem coordena essa comissão. A Cláudia inclusive está aqui que é
552 coordenadora de agr extrativismo do Ministério do Meio Ambiente. E eu até quero sugerir o seguinte,
553 Capobianco, talvez fosse interessante para essa primeira reunião do GT já convidar, inclusive, os membros
554 e participantes da comissão, pelo menos aqueles que estejam debatendo a Política Nacional de
555 Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, porque incide sobre essa agenda também do
556 grupo da Câmara Técnica dessa Resolução. E acho que pode ser interessante fazer já essa primeira
557 reunião do GT envolvendo também, pelo menos, a coordenação e responsáveis da Comissão que é
558 presidida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.
559 Só essa sugestão.

560

561 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

562

563 Eu ia justamente colocar essa questão e acho que nós temos vários atores aí. Nós temos a Secretaria de
564 Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria da Amazônia. Esse é um
565 assunto extremamente importante e relevante. E, de fato, nós teríamos que abrir essa discussão com o
566 seminário que não pode ser uma coisa pequena, não. Tem que ser algo bem organizado. E instituir o
567 Grupo de Trabalho. Eu acho que a primeira atribuição deste Grupo de Trabalho seria justamente preparar
568 isso. Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento desse seminário e encaminhar essa proposta para

569 a Câmara Técnica para sugestões para que a gente faça um seminário que de fato traga todos os
570 diferentes interessados. Eu acho que para dar encaminhamento nós teríamos que compor esse Grupo de
571 Trabalho. E considerando a proximidade do tema e a importância da CONTAG nessa agenda aí que é uma
572 agenda fundamental para nós, eu queria consultar a Fátima se ela não teria interesse em coordenar esse
573 Grupo de Trabalho, que nós poderíamos compor aqui. Nós temos quantos membros da Câmara Técnica
574 terão que ser no Grupo?
575

576 **Marcelo Prudente de Assis – Secretaria Executiva do CONAMA**
577

578 Três permanentes.
579

580 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
581

582 Três permanentes , aí nós convidaríamos, aos demais é aberto . Então nós teríamos de imediato aqui o
583 grupo do Amazonas , o Deusdará teria que participar ativamente disso . Se a CONTAG concordasse, nós
584 teríamos a Contag participando. E não sei, eu acho que o Ministério da Agricultura, acho que esse é um
585 tema muito caro tanto que vocês estão debatendo . Vocês teriam interesse em participar desse Grupo de
586 Trabalho, Elvison? ICV em função das manifestações feitas aqui, não é isso? Está certo. Além do Ministério
587 do Meio Ambiente a Secretaria de Biodiversidade e Florestas gostaria de participar. Nós teríamos então um
588 Grupo de Trabalho composto pela CONTAG, ADEMA, Agricultura, Meio Ambiente e ANAMMA também.
589 Então, é um belo grupo de trabalho , não tem nenhum problema. E eu proponho que esse grupo pudesse
590 aproveitar ainda hoje para fazer uma reunião. Nós vamos ter tempo, pelo jeito, depois da reunião,
591 aproveitar que o Deusdará está aqui, coisa rara. E fazer uma reunião ainda hoje(risos) para já definir a
592 questão de organizar um primeiro escopo desse seminário para poder submeter. E aí eu proponho que
593 apresente para o GT sem ser em reunião para que a gente possa debater isso. Você queria fazer um
594 comentário? Sim. Acho que o Grupo pode definir o relator na reunião. O Marcelo está falando aqui que o
595 relator não precisa ser membro , pode ser um funcionário , pegar um desses funcionários do Ministério do
596 Meio Ambiente que está com pouco trabalho (risos).O duro vai ser achar. Você tem que achar um cara que
597 sobrou, não é? Vocês sabem que o nosso concurso temporário nós incorporamos ao Ministério sei lá,
598 trezentos no concurso. Já deve ter saído uns 150, porque Brasília é a indústria do concurso. O cara está
599 num lugar e faz um concurso para o outro que o salário é melhor. Então, é uma guerra de concurso. Então,
600 você precisa achar um funcionário nosso. E achando, ele precisa verificar se ele está com tempo, mas
601 certamente teremos pessoas aí, porque esse é um assunto muito importante. Deusdará queria fazer uma
602 observação?
603

604 **Raimundo Deusdará Filho – Governo do Estado do Amazonas**
605

606 Para a reunião de hoje à tarde desse grupo de trabalho eu queria questionar a Câmara se é muito
607 estapafúrdio pensar que esse Grupo de Trabalho pudesse caminhar numa possível elaboração. Eu não sei
608 se a palavra correta seria um plano , um programa , mas algo que desse uma noção de conjunto, de
609 coordenação e direção para as atividades agroextrativistas. Porque durante muito tempo o CONAMA vem
610 só aprovando resoluções, só normas, normas, normas, normas. E não sei se depois da experiência da Mata
611 Atlântica, Sr. Presidente, que aprovou aquele programa específico da Mata Atlântica, se está dentro da
612 política do CONAMA aprovar projetos, programas e planos nacionais. Porque eu acho que essa atividade
613 precisa mais de diretrizes, princípios e instrumentos. Por exemplo, instrumentos econômicos de apoio à
614 atividade, quais são? Como funcionam? Por que deve ser preferencial para essa atividade? É mais
615 importante geração de emprego e renda do que norma. Eu não sei se o CONAMA está aberto a esse tipo
616 de proposta ou se o GT tem que caminhar necessariamente para alguma Resolução que implique em
617 normatização e regulamentação da atividade.
618

619 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
620

621 Olha , eu acho que você está antecipando. Eu acho que o GT deve trabalhar justamente com essa
622 preocupação. O objetivo do GT é que se possa fazer uma ação afirmativa de apoio, estímulo ao
623 agroextrativismo. Eventualmente necessitaremos de algum regramento para isso, além de como você
624 colocou um programa nacional que apoie o desenvolvimento dessa atividade. Então, o GT deveria tratar
625 disso e depois na seqüência verificar qual é o melhor caminho. Mas, independente disso, eu acho que o
626 objetivo tem que ficar claro. O objetivo do GT é este: é o apoio , organização , estímulo à atividade de
627 agroextrativismo no país.
628

629 **Marcelo Prudente de Assis – Secretaria Executiva do CONAMA**

630

631

632 Marcelo, da Secretaria Executiva do CONAMA. Eu não sei, mas a gente tem que consultar regimento
633 porque certas coisas o CONAMA já trabalhou e depois viu que não era atribuição, à exemplo, de política
634 nacional de resíduos, descobriu que o CONAMA não podia elaborar uma política. Mas acho que no GT
635 pode se consultar a Jurídica e ver até onde vão os poderes do CONAMA porque mesmo que se queira
636 fazer certas coisas. O CONAMA trabalha com normas, padrões e é aquela coisa : - tem um limite de
637 atuação. Mas eu acho que no GT se discute isso.

638

639 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

640

641 No caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos o que aconteceu foi que o CONAMA fez uma proposição
642 de anteprojeto de lei. E chegou-se à conclusão que não tinha competência para baixar uma Resolução ,
643 precisaria de uma lei. E, então, aprovou uma proposição de anteprojeto de lei já com o acordo bem feito. E
644 esse projeto inclusive está na casa civil e ainda ficou de acertar internamente no governo. Mas com os
645 atores envolvidos no CONAMA houve um bom consenso em relação à proposta. E então pode se chegar a
646 isso também uma proposição de anteprojeto de lei, se a matéria for muito complexa e exigir uma política
647 ampla para o setor. Mas pode também, Deusdará, um outro tipo de decisão que o CONAMA tem, que é de
648 recomendação. Então, para não engessar muitas vezes o CONAMA também pode pensar numa série de
649 princípios e diretrizes para a atividade e encaminhar como uma recomendação a que governos estaduais,
650 governos municipais e organizações da sociedade adotem esses critérios. Mas aí não tem força de uma
651 norma ou de uma lei propriamente como Resolução, mas são princípios orientadores. Pode se chegar a
652 essa conclusão também.

653

654 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

655

656 Só queria lembrar que outro precedente é a própria lei da Mata Atlântica. O CONAMA discutiu, o CONAMA
657 debateu e votou, não definiu Resolução, mas aprovou vários encaminhamentos. Esses encaminhamentos
658 foram traduzidos na lei, que o Deputado (...) estava encaminhando ao Congresso e encaminhou. E ao
659 mesmo tempo foi a base do decreto da 150. Então o CONAMA fez este trabalho , ele não definiu, na
660 época, que se pensou numa Resolução de produção da Mata Atlântica, concluiu-se que não poderia ser
661 uma Resolução , teria que ser uma lei e um decreto enquanto a lei não fosse aprovada. E isso foi feito pelo
662 CONAMA e foi excelente. E foi uma enorme contribuição que o CONAMA deu. E no caso aqui agora o GT
663 pode tratar desse assunto aí na seqüência. Muito bem. Mas eu queria aproveitar já como *input* para um
664 GT inspirador, nós já contamos com a presença Rogério Dias, coordenador do MAPA, do Ministério de
665 Agricultura Pecuária e Abastecimento , está aqui para fazer sua apresentação. Eu queria propor aos
666 membros da Câmara que aproveitemos a presença dele e que ele faça uma apresentação sumária agora.
667 Não vamos entrar em debates, mas apenas uma apresentação sumária. E depois este assunto vai ser
668 aprofundado pelo Grupo de Trabalho , mas para não perder a oportunidade, eu acho que seria
669 extremamente importante. E queria, então, convidar o Rogério Dias para ele fazer a sua intervenção.

670

671 **Rogério Dias – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

672

673 Vou fazer em pé . fica mais fácil para visualizar todo mundo. Bom dia a todos. Agradeço aqui o convite.
674 Eu não sei quanto tempo , vocês querem que faça uma rápida?

675

676 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

677

678 Eu pediria que seja uma coisa muito rápida, porque como criou-se o Grupo de Trabalho sobre este assunto
679 aí. E, então, queríamos pedir sua contribuição para fazer uma apresentação detalhada para o Grupo de
680 Trabalho.

681

682 **Rogério Dias – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

683

684 Perfeito. Então, talvez até para explicar um pouco porque esse tema está vinculado à lei de orgânicos. Na
685 realidade quando esse projeto de lei dos orgânicos ele começou a tramitar em 1996 por iniciativa do
686 Legislativo. E esse processo ficou naquelas coisas complicadas dentro do Congresso Nacional , sofreu
687 uma porção de alterações. E aí então, em 2003, nós conseguimos, com uma atuação mais concentrada do
688 Governo junto à liderança do Governo no Congresso, nós conseguimos que esse projeto fosse alterado. E

689 o senador Aelton Freitas acatou o substitutivo feito pela sociedade. E então foi feita uma série de reuniões
690 com a sociedade para discutir uma proposta alternativa àquele projeto que estava tramitando. E nessa
691 proposta então se colocou as questões da agricultura orgânica e houve uma demanda de um setor,
692 principalmente, do pessoal da região Norte, mas alguns também da região Centro-Oeste, que já vinham
693 trabalhando e exportando produtos do extrativismo como produtos orgânicos certificados. Então, essas
694 pessoas pediram, porque eles queriam que a lei de orgânicos contemplasse a possibilidade deles
695 continuarem sendo certificados como produtos orgânicos. E então ficou no texto da lei a perspectiva da
696 produção orgânica envolver também o extrativismo sustentável. Suiu exatamente com esses dizeres.
697 Então qual foi o nosso desafio? Como a lei é muito enxuta foi feito só treze artigos de uma forma bastante
698 simples porque nós entendíamos que não queríamos amarrar na lei nada que pudesse engessar o
699 processo que é muito dinâmico. Então, jogou se para a regulamentação. E nós estamos exatamente nessa
700 fase de regulamentação e nessa fase complementar. Então, o decreto que trata da regulamentação, ele foi
701 de novo trabalhado dentro de uma discussão envolvendo diferentes setores. Só para terem uma idéia nós
702 tivemos 54 reuniões de Grupo de Trabalho de diferentes áreas: - Processamento, produção animal ,
703 produção vegetal , extrativismo, a parte, que dentro do processamento, nós temos várias áreas de
704 produção também animal e produção vegetal. E é bastante complexa essa questão dos orgânicos porque
705 ele passa por todo tipo de produto. E na questão do extrativismo nós tivemos uma discussão mais forte
706 com o pessoal, como eu já falei, representantes da região Norte e do Centro-Oeste, da Rede Cerrado , o
707 pessoal da PESAC, o pessoal que já estava trabalhando com a questão e que já vinha sendo certificado no
708 Norte. E com o envolvimento do pessoal do Ministério do Meio Ambiente, da diretoria do Zimmerman, que
709 trata dessa questão. Ah! está aqui . A Letícia que também participou pela secretaria , o Leonel também
710 participou em algumas discussões. E nós começamos então a fazer o trabalho. A idéia em momento
711 nenhum foi pela regulamentação da lei de orgânicos , regulamentar o extrativismo. A idéia era colocar
712 dentro da lei de orgânicos como um produto do extrativismo pode ser considerado orgânico. É a mesma
713 situação dos outros produtos. Por exemplo, se eu tenho o vinho. O vinho para ser orgânico ele antes de
714 ser orgânico tem que ser um vinho. E então tem que cumprir a legislação de vinho. E pode então ser
715 reconhecido como orgânico se o processo de produção atender a regulamentação de orgânico em termos
716 de comércio de produção, questões sociais, a questão dos insumos utilizados, questões relacionadas à
717 mão-de-obra, questões relacionadas a impacto ambiental. E, então, se esses princípios estiverem
718 atendidos além de vinho, ele é orgânico. E é a mesma coisa para leite e qualquer produto que você queira
719 certificar como orgânico. E, então, o nosso desafio era colocar então o que são essas exigências que o
720 orgânico tem para que você possa considerar o extrativismo sustentável. E aí houve algumas questões
721 colocadas com relação a isso: - Se todo o extrativismo poderia ser considerado automaticamente
722 sustentável. O entendimento nosso era que não, porque a gente tem exemplos aí de vários processos de
723 extrativismo que acabam esgotando e eliminando determinadas espécies. E então isso era um problema. E
724 atrelado também aí às questões do ponto de vista social. A questão de como é o processo, quem são as
725 pessoas envolvidas, a mão-de-obra utilizada, a qualidade de vida das pessoas envolvidas nesse processo.
726 O decreto então remete para instituições normativas complementares. E então está dito no decreto que
727 uma instituição normativa complementar vai estabelecer então os princípios e critérios para que você possa
728 fazer certificação de um produto orgânico oriundo do extrativismo. E essa instituição normativa, ela deverá
729 ser elaborada e publicada em conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura. Então,
730 agora, nós chegamos a fazer uma reunião com o GTA do Amazonas, em Belém, que nós explicamos um
731 pouco esse processo e houve compromisso da diretoria do Zimmerman, de junto com a gente, para a gente
732 trabalhar e estar estabelecendo detalhamento do que seriam essas questões colocadas. Mas, nós estamos
733 dependendo totalmente do direcionamento do Ministério do Meio Ambiente porque é quem de fato pode
734 dizer o que vai ser esse extrativismo considerado sustentável, quais são os princípios e o que realmente
735 tem que estar colocado na instrução. Então, o que existe é uma demanda da sociedade pela certificação
736 como orgânico porque eles já estão em alguns mercados utilizando a certificação de orgânico como uma
737 agregação de valor. Um reconhecimento internacional de que isso agrega valor. Então, o fato de isso
738 estar incluído no regulamento foi por demanda deles mais do que uma demanda nossa. Então, agora o
739 nosso desafio é exatamente trabalhar esses conceitos e essas questões que estão colocadas.

740
741 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
742

743 Bom , muito obrigado, Rogério. Não sei se alguém quer fazer alguma observação, mas eu acho que o
744 recado está claro. Você tem aí um espaço ,inclusive , já tem aí um destino para um resultado desse grupo
745 de trabalho, que é justamente essa normativa conjunta que deverá sair assim que nós tivermos a proposta,
746 atendendo aí a legislação em vigor e ao decreto que será publicado. Deusdará está com cara de quem
747 quer falar alguma coisa?
748

749 **Raimundo Deusdará Filho - ADEMA/SP**

750

751 Não , só estou preocupado.

752

753 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

754

755 Está preocupado? Bom , isso é um bom sinal. Muito obrigado e vamos trabalhar nessa linha aí e já de
756 imediato então encerramos esse tópico e partimos para o último item da pauta de hoje que é o processo
757 0200002576200631 que traz a proposta para integrar e padronizar as informações sobre o controle de
758 produtos e produtos florestais. Desculpe , esse já falou. É o 3.3 que era o último, mas não era o último da
759 lista. É o 20000037712005-5, alteração da Resolução do CONAMA, que dispõe sobre o manejo florestal
760 sustentável da bracatinga, a nossa conhecida Mimosa Scabrella. O interessado é a Secretaria de
761 Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado de Santa Catarina.

762

763 **Marcílio Carom Neto – ANAMMA**

764

765 Sr. Presidente , Marcílio Caron Neto. Baseado no artigo 35 do Regimento Interno eu quero pedir vistas do
766 processo. Eu quero explicar que quando o Presidente da Comissão Florestal do Conselho Estadual de
767 Santa Catarina foi que produzimos a Resolução 310, que deu origem à regulamentação do uso da
768 bracatinga no Estado de Santa Catarina. E eu gostaria de me inteirar mais sobre esse assunto, mas não
769 gostaria de deixar que o pessoal que está aí, tem um representante da Fátima que pode se qualificar como
770 representante da CEMA , e fazer sua posição. Então diante disso eu gostaria de pedir vistas a esse
771 processo.

772

773 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

774

775 Como é que é a questão, está prevista a questão de vistas aí? Estou pedindo auxílio aos universitários
776 (risos). Placas. Nilo.

777

778 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

779

780 Presidente no a artigo 35 do Regimento Interno diz o seguinte: - o pedido de vistas de matéria no âmbito de
781 Câmaras Técnicas poderá ser concedido mediante aprovação pela maioria simples dos seus membros,
782 devendo retornar obrigatoriamente na reunião subsequente acompanhada de parecer escrito de quem
783 pede vistas.

784

785 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

786

787 Isso quer dizer que nós temos que submeter o pedido de vistas à votação. Então, por favor ,senhores
788 membros da Câmara , está em votação o pedido do Marcílio de vistas a esse processo. Quem for favorável
789 , por favor , que se manifeste. Está aprovado. Em estando aprovado , Marcílio teria o prazo até a próxima
790 reunião para apresentar o parecer por escrito. E de imediato o assunto está interrompido para que
791 possamos tratá-lo na próxima reunião. E já de imediato partimos para assuntos gerais , item quarto da
792 agenda.

793

794 **João Carlos de Petribu De Carli Filho - CNA**

795

796 Senhor Presidente, foi-me pedido pelo representante do Estado de Santa Catarina para mesmo em cima do
797 pedido de vistas poder nos deixar mais clara pelo pensamento dele sobre o novo parecer da bracatinga que
798 foi pensado ao processo.

799

800 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

801

802 Não , com o pedido de vistas esse assunto fica automaticamente para a próxima reunião quando então
803 com base no parecer do Marcílio faremos discussão desse assunto. Vamos já para o item quatro, assuntos
804 gerais. Existe um informe de proposta de regulamentação parâmetros básicos de estados institucionais de
805 Campos de Altitude associados a Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa da Mata Atlântica.
806 Quem é que vai fazer este informe? Espera aí , vai ser lido direito depois por alguém que fale bem. Eu sou
807 um rapaz que fala meio rápido. Quem é que vai fazer? Então, por favor ,Wigold, explica aquilo que eu falei

808 agora porque eu acho que fui muito rápido. Sente-se lá, por favor e não copie o Secretário e fale
809 lentamente.

810

811 **Wigold B. Shaeffer – Secretaria de Biodiversidade e Florestas - MMA**

812

813 Obrigado, Presidente. Bom dia, senhoras e senhores, membros da Câmara e convidados e convidadas.
814 Na reunião anterior da Câmara Técnica foi delegado à Secretaria de Biodiversidade e Florestas a
815 elaboração de uma proposta para regulamentar estágios sucessionais dos campos naturais associados à
816 Mata Atlântica com base no decreto 750. O decreto 750 como todos sabem trata não apenas de
817 formações florestais mas fala de estágios sucessionais de vegetação. E não há ainda para os campos
818 naturais uma regulamentação desses estágio assim como já existem diversos estados para restingas,
819 restingas arbóreas e restingas arbustivas e herbáceas e etc. E há também a regulamentação em todos os
820 estados para a vegetação arbórea de Mata Atlântica. E então no Ministério em comum acordo com a
821 Diretoria de Biodiversidade , com o próprio Secretário , nós chamamos alguns pesquisadores de
822 universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e da EMBRAPA e iniciamos um processo de
823 discussão para elaboração de uma minuta preliminar. E para acelerar isso nós realizamos uma reunião em
824 Florianópolis na Universidade Federal dos dias 10 e 11 de julho. Não temos ainda do ponto de vista dos
825 pesquisadores que trabalham com campos uma minuta preliminar finalizada. E isso deverá acontecer
826 durante os próximos dez dias. E assim que essa minuta for concluída no âmbito da discussão técnico
827 científica , nós vamos disponibilizá-la para os senhores e senhoras Conselheiros e membros da Câmara
828 Técnica e também demais interessados. Só para registrar, na última semana eu tive a oportunidade de
829 circular no estado de Santa Catarina e Paraná, acompanhando o grupo internacional que monitora e
830 acompanha o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Então, nós tivemos reuniões
831 para representantes dos dois governos, Paraná , Santa Catarina , ONGs , prefeituras , empresas e é
832 unânime a opinião de que algo precisa ser feito para proteção dos campos. Não tem nenhum empresário
833 que a gente ouviu, não tem nenhum prefeito que a gente tenha ouvido ou ONG que não manifesta a
834 preocupação com os campos. Então, esse assunto é de extrema relevância e urgência. O Marcílio Caron
835 teve a oportunidade de participar de uma dessas reuniões no Município de Ponte Serrada com
836 representantes de prefeituras, prefeitos, Vereadores e empresários locais e esse assunto também foi
837 manifestado. E cada um tem opiniões e sugestões sobre isso e então nós deveremos apresentar essa
838 minuta preliminar nos próximos dias. Sr. Presidente , era isso.

839

840 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

841

842 Alguma questão , algum esclarecimento adicional? Tudo bem? É isso? Informados , todos cientes,
843 preparados? Muito bem. Então, obrigado Wigold. Essa é a reunião Enéas, vapt-vupt. A Resolução dispõe
844 sobre parâmetros básicos dos estágios sucessionais dos campos de atitude associados à floresta
845 ombrófila mista , a Floresta ombrófila densa e às florestas do bioma Mata Atlântica. Na realidade , é
846 apenas uma, no fundo com isso eu tenho a impressão que nós temos concluído o trabalho de
847 regulamentação do decreto 750. Porque nós temos Resolução para todos esses estágios sucessionais de
848 todas as formações vegetais associadas à Mata Atlântica. Então na realidade é isso , estamos concluindo
849 com atraso a regulamentação do decreto 750. Nós estamos tendo um problema de entendimento , vou
850 tentar explicar o seguinte.

851

852 **Marcelo Gonçalves de Lima - ICV**

853

854 Mas a minha dúvida é o seguinte, como é que você delimita parâmetros sobre estágios sucessionais?

855

856 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

857

858 É , exatamente porque a legislação obriga a definição de chamados parâmetros mensuráveis dos estágios
859 sucessionais, ou seja, de acordo com a especificidade. Se você olhar as resoluções do CONAMA para a
860 Mata Atlântica por estado, inclusive, foi feita uma definição de valores mensuráveis que permite que os
861 operadores do SISNAM assim como a sociedade civil organizada e qualquer interessado possa com base
862 nesses parâmetros mensuráveis identificar qual é o estágio sucessional, por exemplo, de uma formação
863 florestal de restinga, de manguezal . E agora se pretende fazer isso para campos que ficaram. São
864 parâmetros mensuráveis. São básicos, mas que são valores mensuráveis que inclusive auxiliem em
865 processo de fiscalização e controle social sobre licenciamentos no bioma.

866

867

868 **Raimundo Deusdará Filho – Governo do Estado do Amazonas**

869

870 Só uma dúvida. Não sei se estou enganado, mas o CONAMA anteriormente aprovava as decisões dos
871 estados com relação à floresta ombrófila densa. E houve uma série de instruções normativas que os
872 estados baixavam. E isso era levado a referendo do CONAMA e o CONAMA referendava estado por
873 estado. Primeiro São Paulo... E no caso dos campos vai ser uma?

874

875 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

876

877 Não ,não, para todos os casos primeiro o CONAMA fez uma geral.

878

879 **Raimundo Deusdará Filho - Governo do Estado do Amazonas**

880

881 Sim , fez uma geral.

882

883 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

884

885 Que é este aqui, ó, estágios básicos. Depois Vai manter o mesmo procedimento.

886

887 **Raimundo Deusdará Filho - Governo do Estado do Amazonas**

888

889 Vai manter o mesmo procedimento?

890

891 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

892

893 O mesmo procedimento. Então mais algum detalhe? Então, estamos encaminhados? Senhores, então
894 nós em tempo recorde encerraremos a reunião. Mas tem uma questão que eu gostaria de além de pedir
895 excelências ali para os nossos companheiros tem um problema na realidade de porque o Nilo veio aqui me
896 alertar sobre um encaminhamento que não é um problema, mas como nós estamos aqui com um objetivo e
897 interesse de sermos os mais eficientes inclusive em respeito à participação dos componentes de Santa
898 Catarina que vem aqui acompanhar a reunião , nós temos um problema que eu gostaria de compartilhar
899 com os senhores aqui para evitar que na próxima reunião da Câmara Técnica nós tenhamos um problema
900 quando o Marcílio apresentar seu parecer que é o seguinte. A consultoria jurídica do Ministério do Meio
901 Ambiente questionou a legalidade de uma mudança em relação a bracatinga. Você pode olhar o parecer ,
902 o parecer do Ministério do Meio Ambiente da secretaria de biodiversidade e florestas foi encaminhada à
903 CONJUR. E o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente expediu um parecer a mim dirigido dizendo
904 o seguinte , que de imediato manifesta-se concordância com os termos do parecer 23 da SBF datada de
905 quatro de julho que realizou avaliação da proposta de 2003 que dispõe sobre manejo da buraco tinga no
906 estado de Santa Catarina. Então, ele manifesta concordância com o parecer da secretaria , mas no
907 parágrafo seguinte, ele faz uma sugestão de encaminhamento que é o seguinte: - Em razão dos
908 apontamentos que questiona a legalidade da referida proposta sugere-se de imediato um encaminhamento
909 à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, porque eu estou colocando isso e graças a Deus o Nilo
910 lembrou porque pode acontecer na próxima reunião que o Marcílio traga o seu parecer , mas que nós
911 tenhamos um problema de impossibilidade de deliberação em função desse assunto jurídico .Então, na
912 verdade, talvez, o melhor encaminhamento fosse que encaminhássemos de imediato isso para a Câmara
913 de Assuntos Jurídicos , aguardar a manifestação da Câmara de Assuntos Jurídicos sobre a viabilidade da
914 proposta para que aí ,sim, nós pudéssemos fazer uma discussão. O meu temor, eu não sei o que você
915 acha, eu estou aberto a encaminhamentos. O meu temor é que a gente faça mais uma reunião e você traga
916 o seu parecer, temos todas aquelas pessoas participando e aí não podemos fazer nada porque temos que
917 consultar a Câmara de Assuntos Jurídicos. E teríamos um problema que só posterga essa questão e em
918 prejuízo das pessoas que vêm de longe acompanhar essa reunião tem interesse em debater. Então, uma
919 possibilidade que eu queria consultar aos senhores membros aqui se não seria mais prudente do ponto de
920 vista do encaminhamento que nós aqui, hoje, encaminhássemos para a Câmara de Assuntos Jurídicos . A
921 Câmara faz seu parecer sobre a legalidade da modificação dessa Resolução. E aí com base nisso, aí ,sim
922 ,nós aprofundamos a questão técnica. Eu imagino que sua questão é técnica.

923

924 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

925

926 Somente técnica.

927

928 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

929

930 Pois é , minha preocupação é essa. Você faz uma análise técnica , traz para a reunião , a gente termina de
931 encaminhar. Você podia explicar um pouco melhor essa questão , só para esclarecer , Nilo.

932

933 **Nilo Sérgio Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

934

935 Só para ficar bem claro, uma observação mais que eu estava conversando com o Capobianco para não se
936 perder muito tempo, de nos encontrarmos na próxima reunião da Câmara Técnica. Digamos que o teu
937 parecer vá afetar apenas aspectos técnicos, mas tem sobre qualquer alteração uma observação que foi
938 feita pela SBF e com apoio da kjur que reporta à questão da legalidade da alteração. Então, a dúvida que
939 eu tenho, eu não sei Capobianco se é o mais adequado porque o Caron já fez o pedido de vistas, já foi
940 votado e aprovado.E então a minha dúvida é o seguinte se não seria mais adequado e aí é para
941 ponderação dos Conselheiros. Nós já fizemos isso em outras situações que é marcar uma reunião da
942 Câmara de Assuntos Jurídicos e da Câmara de Florestas com um momento em que elas trabalham
943 conjuntamente para observar o aspecto legal e depois elas se separam. A Câmara de Florestas trata
944 inclusive do restante da pauta técnica e a Jurídica se separa aqui mesmo, a gente costuma fazer isso, para
945 dar seqüência às matérias da pauta da Jurídica. Eu digo que isso pode facilitar até em respeito aos
946 colegas de Santa Catarina, que já é a segunda vez que eles vêm para tratar do assunto. E tenho medo que
947 não só eles, mas os Conselheiros também, venham mais uma vez e a gente não possa chegar a nenhuma
948 conclusão ou fique dependendo de um posicionamento legal da Jurídica. Então, uma reunião parcialmente
949 conjunta, ela permite que o Marcílio apresente o parecer dele do ponto de vista técnico. E, inclusive, ele
950 tem que ser mandado com antecedência. E, portanto, todos os Conselheiros vão ver o seu parecer com
951 antecedência e, inclusive, também a jurídica também. Se for o caso e os Conselheiros concordarem. Aí
952 faz-se uma discussão técnica sobre o parecer dele depois junta com a Jurídica e observa o parecer do
953 ponto de vista legal feito pela CONJUR. É uma sugestão de encaminhamento, mas se acharem melhor
954 manter como está definido, também.

955

956 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

957

958 Eu queria só fazer uma posição. Eu gostaria que prevalecesse o vistas.

959

960 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

961

962 Mas está garantido o visto.

963

964 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

965

966 E mesmo antes de ir porque a questão jurídica é o final.

967

968 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

969

970 Não, está garantido o pedido de vistas. Está garantido. Não está em questionamento. O problema é que a
971 consultoria jurídica considera que não há legalidade em fazer essa modificação. Então como se trata
972 apenas de assuntos técnicos, a preocupação é só uma, não tem nenhum problema. A preocupação, na
973 realidade, a preocupação nossa é com o pessoal de Santa Catarina que vem de Santa Catarina e que pode
974 acontecer na próxima reunião de você fazer o parecer técnico e de que não possamos deliberar.

975

976 **Marcílio Caron Neto – ANAMMA**

977

978 Então podemos acatar a sugestão do Nilo de fazer na próxima reunião uma reunião conjunta ?

979

980 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

981

982 Vamos só ouvir o João Carlos antes.

983

984 **João Carlos de Petribu De Carli Filho - CNA**

985

986 Uma coisa que eu estou entendendo é que já estão querendo colocar para a Câmara Técnica de Assuntos
987 Jurídicos uma deliberação de um assunto que não começou ainda nem a ser trabalhado. É uma minuta.

988 Uma minuta pode a partir do momento que for trabalhada ser completamente alterada da forma como está
989 o novo parecer do Ministério do Meio Ambiente como de outra forma como o Governo do estado de Santa
990 Catarina propõe. Então, eu não vejo ainda o porquê da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a ser
991 acionada por uma minuta que ainda vai começar a ser trabalhada. Então, eu acho que a gente deveria,
992 primeiro, já está cedido as vistas para o Caron ser analisado, ser estudado. E ver o que ele vai colocar e a
993 partir daí desse momento a Câmara técnica decidiu o encaminhamento. E a partir daí, sim, acreditar que
994 existe alguma ilegalidade do texto proposto. E aí, sim, encaminhar para uma Câmara conjunta entre a
995 nossa e Assuntos Jurídicos.

996
997 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
998

999 João Carlos, a questão que você coloca é que exige da sua atenção, existe uma diferença nesse caso.
1000 Existe um argumento de que não se pode fazer essa modificação. Não existe uma proposta de ajustar a
1001 modificação. Existe um argumento de que essa modificação não pode ser feita. Então, esse que é o
1002 problema. Existe uma questão jurídica. Este é que é o problema. A única questão, não há nenhum
1003 problema fazer tudo o que você está propondo. A nossa preocupação é única e exclusivamente com mais
1004 uma reunião que não seja conclusiva. E com o fato de termos pessoas de fora de Brasília se deslocando a
1005 Brasília porque nós membros somos obrigados a vir. Com relação ao Deusdará não temos nenhuma
1006 piedade, ele é obrigado a vir, e acabou. Mas com relação a pessoas que estão acompanhando essa
1007 matéria que não são membros da Câmara, a preocupação é essa, essas pessoas se deslocam em grande
1008 quantidade para cá, têm despesas para isso. E há o ponto de vista da consultoria jurídica do Ministério do
1009 Meio Ambiente, a Câmara Temática não poderá deliberar. Essa que é minha preocupação. Não se trata
1010 aqui de nenhuma medida de postergar nada porque se fosse para postergar, era o ideal. Vem, o Caron faz
1011, aí decide, aí manda para lá, espera não sei quanto tempo. Não é esse o objetivo, o objetivo é sermos
1012 eficientes em respeito, inclusive, aos nossos parceiros de Santa Catarina. Então, esse que é o nosso
1013 problema.

1014
1015 **João Carlos de Petribu De Carli Filho - CNA**
1016

1017 Uma coisa que eu quero colocar aqui, eu acho que quem tem que dizer se é dispendioso para vir aqui ou
1018 não são as pessoas que solicitaram a alteração dessa Resolução. Sobre nós podermos alterar uma
1019 Resolução, eu acredito que a gente tem o dever e podemos alterar qualquer Resolução que quisermos. Se
1020 quando ela findar o documento e for encaminhada para assuntos jurídicos aí, sim, posteriormente. Só um
1021 minutinho. Então, eu acredito que essa Câmara Técnica tem o poder de deliberar e pode sim querer alterar
1022 a 310. E ninguém sabe ainda se o que vai ser alterado é ilegal ou não. Está se pressupondo ainda. E está
1023 se colocando palavras na boca de outras pessoas de que para eles é dispendioso. Eu acho que eles é que
1024 têm que dizer se é dispendioso ou não para eles virem. Eu estou acreditando pelo pedido.

1025
1026 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
1027

1028 Está mantido o encaminhamento. Está mantido. Vamos encerrar

1029
1030 **João Carlos de Petribu De Carli Filho - CNA**
1031

1032 Por favor, Capobianco. Então, eu acredito que se eles estão pedindo para haver uma alteração dessa
1033 Resolução é porque eu acho que é muito mais dispendiosa de a 310 existir do que a tentativa de alterar a
1034 310. Então, acredito que temos que, primeiro, trabalhar esse texto para depois solicitar uma ajuda jurídica
1035 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

1036
1037 **João Paulo Capobianco -Secretaria de Biodiversidade e Florestas**
1038

1039 Então, está mantido conforme deliberado, a reunião está encerrada. E muito obrigado a todos. Foi
1040 mantido. Há uma tentativa de interpretar esse encaminhamento que o CONAMA propôs de tentar agilizar o
1041 processo. Está se tentando interpretar isso como uma medida que visa prejudicar a proposta. Então, está
1042 mantido, corretamente. Está encerrada a reunião com pedido de vistas. E está tudo encaminhado
1043 conforme foi deliberado. Muito obrigado e até à próxima reunião.